



Seção A: 1. DO MUNICÍPIO

A1. Informe o município:

- ACARI
- AFONSO BEZERRA
- ÁGUA NOVA
- ALEXANDRIA
- ALMINO AFONSO
- ALTO DO RODRIGUES
- ANGICOS
- ANTONIO MARTINS
- APODI
- AREIA BRANCA
- AREZ
- ASSU
- BAIA FORMOSA
- BARAÚNA
- BARCELONA
- BENTO FERNANDES
- BOA SAÚDE
- BODÓ
- BOM JESUS
- BREJINHO
- CAIÇARA DO NORTE
- CAIÇARA DO RIO DOS VENTOS
- CAICÓ
- CAMPO GRANDE
- CAMPO REDONDO
- CANGUARETAMA
- CARAÚBAS





- CARNAÚBA DOS DANTAS
- CARNAUBAIS
- CEARÁ MIRIM
- CERRO-CORÁ
- CORONEL EZEQUIEL
- CORONEL JOÃO PESSOA
- CRUZETA
- CURRAIS NOVOS
- DOUTOR SEVERIANO
- ENCANTO
- EQUADOR
- ESPÍRITO SANTO
- EXTREMOZ
- FELIPE GUERRA
- FERNANDO PEDROZA
- FLORÂNIA
- FRANCISCO DANTAS
- FRUTUOSO GOMES
- GALINHOS
- GOIANINHA
- GOV DIX-SEPT ROSADO
- GROSSOS
- GUAMARÉ
- IELMO MARINHO
- IPANGUAÇU
- IPUEIRA
- ITAJÁ
- ITAÚ
- JAÇANÃ





JANDAÍRA

JANDUÍS

JAPI

JARDIM DE ANGICOS

JARDIM DE PIRANHAS

JARDIM DO SERIDÓ

JOÃO CÂMARA

JOÃO DIAS

JOSÉ DA PENHA

JUCURUTÚ

JUNDIÁ

LAGOA DANTAS

LAGOA DE PEDRAS

LAGOA DE VELHOS

LAGOA NOVA

LAGOA SALGADA

LAJES

LAJES PINTADAS

LUCRÉCIA

LUIS GOMES

MACAÍBA

MACAU

MAJOR SALES

MARCELINO VIEIRA

MARTINS

MAXARANGUAPE

MESSIAS TARGINO

MONTANHAS

MONTE ALEGRE





MONTE DAS GAMELEIRAS

MOSSORÓ

NATAL

NÍSIA FLORESTA

NOVA CRUZ

OLHO D'ÁGUA DOS BORGES

OURO BRANCO

PARANÁ

PARAÚ

PARAZINHO

PARELHAS

PARNAMIRIM

PASSA E FICA

PASSAGEM

PATU

PAU DOS FERROS

PEDRA GRANDE

PEDRA PRETA

PEDRO AVELINO

PEDRO VELHO

PENDÊNCIAS

PILÕES

POÇO BRANCO

PORTALEGRE

PORTO DO MANGUE

PUREZA

RAFAEL FERNANDES

RAFAEL GODEIRO

RIACHO DA CRUZ





- RIACHO DE SANTANA
- RIACHUELO
- RIO DO FOGO
- RODOLFO FERNANDES
- RUY BARBOSA
- SANTA CRUZ
- SANTA MARIA
- SANTANA DO MATOS
- SANTANA DO SERIDÓ
- SANTO ANTÔNIO
- SÃO BENTO DO NORTE
- SÃO BENTO DO TRAIRI
- SÃO FERNANDO
- SÃO FRANCISCO DO OESTE
- SÃO GONÇALO DO AMARANTE
- SÃO JOÃO DO SABUGI
- SÃO JOSÉ DE MIPIBÚ
- SÃO JOSÉ DO CAMPESTRE
- SÃO JOSÉ DO SERIDÓ
- SÃO MIGUEL
- SÃO MIGUEL DE TOUROS
- SÃO PAULO DO POTENGI
- SÃO PEDRO
- SÃO RAFAEL
- SÃO TOMÉ
- SÃO VICENTE
- SENADOR ELOI DE SOUZA
- SENADOR GEORGINO AVELINO
- SERRA CAIADA





- SERRA DE SÃO BENTO
- SERRA DO MEL
- SERRA NEGRA DO NORTE
- SERRINHA
- SERRINHA DOS PINTOS
- SEVERIANO MELO
- SÍTIO NOVO
- TABOLEIRO GRANDE
- TAIPU
- TANGARÁ
- TENENTE ANANIAS
- TENENTE LAURENTINO CRUZ
- TIBAU
- TIBAU DO SUL
- TIMBAÚBA DOS BATISTAS
- TOUROS
- TRIUNFO POTIGUAR
- UMARIZAL
- UPANEMA
- VÁRZEA
- VENHA VER
- VERA CRUZ
- VIÇOSA
- VILA FLOR

A2. Informe o nome do responsável pelo preenchimento:



A3. Informe o email:

A4. Informe o número do telefone:

A5. 1.01. Qual a população total do município?

Apenas números podem ser usados nesse campo.

A6. 1.02. Qual a população da zona urbana do município?

Apenas números podem ser usados nesse campo.

A7. 1.03. Qual a população da zona rural do município?

Apenas números podem ser usados nesse campo.

A8. 1.04. Em relação à regulação da prestação dos serviços de saneamento básico (Abastecimento público de água potável, Esgotamento sanitário, Limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos, Drenagem e manejo das águas pluviais urbanas), escolha a opção adequada para o seu município e responda:

- O município possui agência reguladora (informar os serviços regulados)
- O município possui convênio/acordo com agência reguladora de outro ente (informar os serviços regulados)
- O município não faz a regulação dos serviços de saneamento
- Outros. Informe quais.

Outros. Informe quais.

A9. Informe os serviços regulados:



A10. 1.05. Quais profissionais o município possui em seu quadro técnico para a gestão do saneamento básico?

Engenheiro sanitário

Engenheiro ambiental

Engenheiro civil

Não possui profissionais no quadro técnico

Outros (informar)

Outros (informar)

Seção B: 2. PLANO DE SANEAMENTO BÁSICO

B1. 2.01. O município possui Plano de Saneamento Básico (municipal ou intermunicipal), de acordo com a Lei Federal nº 11.445/2007, alterada pela Lei Federal nº 14.026/2020, e Decreto Federal nº 7217/2010?

Sim

Não

B2. Se sim, informar o link de acesso:

B3. 2.02. Qual o instrumento de aprovação do Plano (Ato legal)?

Não possui plano aprovado

Informar:

Informar:

B4. 2.03. Marque os serviços de saneamento básico que foram contemplados no Plano de Saneamento?

Abastecimento público de água potável

Esgotamento sanitário



Limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos

Drenagem e manejo das águas pluviais urbanas

Não possui plano de saneamento

B5. 2.04. Caso o município não possua plano de saneamento básico ou possua incompleto, em que etapa se encontra a elaboração do referido documento?

Plano de mobilização social

Diagnóstico atual e análise de cenários futuros

Plano de execução com definição de objetivos, metas, programas e ações

Não está sendo elaborado plano de saneamento básico

O município já possui plano de saneamento básico completo

B6. 2.05. Em relação às ações previstas no plano de saneamento básico, quantas estão sendo executadas?

Todas as ações

Metade ou mais das ações

Menos da metade das ações

Nenhuma ação

Não possui plano de saneamento básico

Seção C: 3. ABASTECIMENTO PÚBLICO DE ÁGUA

C1. 3.01. O município possui sistema de abastecimento de água?

Sim

Não

C2. 3.02. Quem opera os serviços públicos de abastecimento de água no município?

Executivo municipal (Administração Direta)

SAAE (Serviço Autônomo de Água e Esgoto)

CAERN (Companhia de Águas e Esgoto do Rio Grande do Norte)

Consórcio Público

Empresa privada



Outra entidade (informar)

Outra entidade (informar)

C3. 3.03. Qual a forma de contratação do operador dos serviços públicos de abastecimento de água do município?

Contrato de programa

Contrato de concessão

Contrato de prestação de serviços

Operado pela CAERN sem contrato ou com contrato de programa vencido

Prestação direta pelo município

Outra (informar)

Outra (informar)

C4. 3.04. Qual a data final do contrato com a empresa/entidade que opera os serviços públicos de abastecimento de água do município?

Não se aplica

Data final:

Data final:

C5. 3.05. Qual o percentual de cobertura de abastecimento público de água potável na zona urbana do município?

Até 24,99%

De 25% a 49,99%

De 50% a 74,99%

De 75% a 98,99%

De 99% a 100%



C6. 3.06. Qual o percentual de cobertura de abastecimento público de água potável na zona rural do município?

Até 24,99%

De 25% a 49,99%

De 50% a 74,99%

De 75% a 98,99%

De 99% a 100%

C7. 3.07. Quais ações estão sendo planejadas e/ou executadas pelo município para o atendimento às metas de universalização do abastecimento de água potável, em conformidade com a Lei Federal nº 11.445/2007, alterada pela Lei Federal nº 14.026/2020?

O município não planeja e/ou executa qualquer ação nesse sentido

As metas de universalização estão a cargo da prestadora do serviço ou da microrregião

Informar as ações:

Informar as ações:

C8. 3.08. Como o município avalia a prestação dos serviços de abastecimento de água potável, em relação à qualidade, continuidade, regularidade, segurança e eficiência?

Boa

Regular

Deficiente



C9. 3.09. Como o município avalia a sustentabilidade econômico-financeira da prestação dos serviços de abastecimento de água potável no município?

Autossustentável com receitas dos consumidores do município

Sustentável devido ao complemento de subsídio cruzado de outros municípios

Sustentável devido à complementação das receitas por recursos do ente municipal

Outra (informar)

Outra (informar)

C10. 3.10. O município avalia que a água chega a um custo acessível para o consumidor?

Sim, para todos os munícipes

Não, nem todos podem pagar

C11. 3.11. O município estima que os beneficiários das tarifas sociais ou populares referentes ao consumo da água pelos usuários do município são da ordem de:

Até 10%

Entre 10% a 24,99%

Entre 25% a 50%

Maior que 50%

C12. 3.12. O município estima que a inadimplência relativa à cobrança pela água consumida pelos usuários do município é da ordem de:

Até 10%

Entre 10% a 24,99%

Entre 25% a 50%

Maior que 50%



C13. 3.13. Quem realiza o controle de qualidade da água para verificação da potabilidade?

O próprio prestador do serviço

O município

Não é realizado controle de qualidade da água

Outro (informar)

Outro (informar)

C14. 3.14. O município e/ou o prestador de serviço realiza ações para redução e controle das perdas de água, inclusive na distribuição de água tratada?

Não

Sim (informar)

Sim (informar)

C15. 3.15. Em relação à estação de tratamento de água (ETA) que abastece o município, a localização da mesma se encontra:

No próprio município

Em município limítrofe

Em município não limítrofe, sendo o abastecimento garantido por adutora

Outra situação (informar)

Outra situação (informar)



C16. 3.16. Em relação ao manancial hídrico que abastece o município, o mesmo:

Fornece água o ano todo

Apresenta descontinuidade no fornecimento de água em períodos de secas moderadas

Somente apresenta descontinuidade no fornecimento de água em períodos de secas intensas

Outra situação (informar)

Outra situação (informar)

C17. 3.17. Em relação ao manancial hídrico que abastece o município, o mesmo:

Não apresenta problema de poluição

Apresenta problema de poluição

Outra situação (informar)

Outra situação (informar)

C18. 3.18. De uma maneira geral, quais são os principais desafios do município para o atendimento ao novo marco legal do saneamento básico, atualizado pela Lei Federal nº 14.026/2020, no que tange à prestação dos serviços de abastecimento de água potável?

Dificuldade de obtenção de recursos pela prefeitura do município

Deficiência ou insuficiência do quadro técnico da prefeitura do município

Dificuldades na parceria com o prestador de serviço de abastecimento de água potável

Dificuldades na obtenção ou ausência de projetos de engenharia satisfatórios

Dificuldade de obtenção de licenças ambientais referentes à Estação de Tratamento de Água – ETA

Dificuldade de obtenção de áreas (desapropriação) para as instalações operacionais

Incapacidade do prestador de serviço de abastecimento de água potável realizar a expansão das redes de água, em virtude da falta de recursos

Incapacidade do prestador de serviço de abastecimento de água potável realizar a expansão das redes de água, em virtude de incapacidade operacional

Dificuldades de tratativas com o Governo do Estado do RN ou com a microrregião de água e esgoto



Outros desafios (informar quais)

Outros desafios (informar quais)

Seção D: 4. ESGOTAMENTO SANITÁRIO

D1. 4.01. Em relação ao esgotamento sanitário (coleta, condução, tratamento e disposição final adequada dos esgotos sanitários):

O município possui apenas a rede coletora do esgoto sanitário

O município possui rede coletora e tratamento do esgoto sanitário

O município não possui esgotamento sanitário (coleta e tratamento)

D2. 4.02. Em relação ao esgotamento sanitário, quem opera esse sistema?

Executivo municipal (Administração Direta)

SAAE (Serviço Autônomo de Água e Esgoto)

CAERN (Companhia de Águas e Esgoto do Rio Grande do Norte)

Consórcio Público

Empresa privada

Não possui esgotamento sanitário

Outra entidade (informar)

Outra entidade (informar)

D3. 4.03. Qual a forma de contratação do operador dos serviços públicos de esgotamento sanitário?

Contrato de programa

Contrato de concessão

Contrato de prestação de serviços

Operado pela CAERN sem contrato ou com contrato de programa vencido

Não possui esgotamento sanitário



Outra (informar)

Outra (informar)

D4. 4.04. Qual a data final do contrato com a empresa/entidade que opera os serviços públicos de esgotamento sanitário do município?

Não se aplica

Data final:

Data final:

D5. 4.05. O esgoto sanitário do município é conduzido a uma estação de tratamento de esgoto (ETE) no próprio município?

Sim

Não, o esgoto é tratado em outro município

Não possui tratamento de esgoto sanitário(ficam eliminadas as questões 4.07; e 4.09 a 4.13)

D6. 4.06. Qual o percentual de cobertura da coleta do esgoto sanitário na zona urbana do município?

0% - 29,99%

30% - 49,99%

50% - 69,99%

70% - 89,99%

90% - 100%

D7. 4.07. Todo o esgoto coletado na zona urbana do município é tratado?

Sim

Não



D8. 4.08. Qual o percentual de cobertura da coleta do esgoto sanitário na zona rural do município?

- 0% - 29,99%
- 30% - 49,99%
- 50% - 69,99%
- 70% - 89,99%
- 90% - 100%

D9. 4.09. Todo o esgoto coletado na zona rural do município é tratado?

- Sim
- Não

D10. 4.10. Qual o percentual de cobertura do tratamento do esgoto sanitário na zona urbana do município?

- 0% - 29,99%
- 30% - 49,99%
- 50% - 69,99%
- 70% - 89,99%
- 90% - 100%

D11. 4.11. Qual o percentual de cobertura do tratamento do esgoto sanitário na zona rural do município?

- 0% - 29,99%
- 30% - 49,99%
- 50% - 69,99%
- 70% - 89,99%
- 90% - 100%

D12. 4.12. A disposição final dos esgotos sanitários da operação de unidades de tratamento coletivas ou individuais em seu município é realizada de forma ambientalmente adequada?

- Sim
- Não

D13. 4.13. A disposição final dos lodos originários da operação de unidades de tratamento coletivas ou individuais em seu município é realizada de forma ambientalmente adequada?

- Sim
- Não



D14. 4.14. O município fiscaliza se há destinação inadequada de esgoto sanitário na rede de drenagem?

Sim

Não

O município não possui rede de drenagem

D15. 4.15. No município há local de destinação para o esgoto coletado pelas empresas de “limpa fossa”?

Sim. Há local licenciado (informar abaixo as coordenadas do local)

Sim. Há local, mas não houve licenciamento (informar abaixo as coordenadas do local)

O destino do esgoto coletado não é no município

Outro (informar)

Outro (informar)

D16. Informe no campo as coordenadas do local:

Exemplo: O destino está localizado sob as coordenadas 15° 46' 48" S e 47° 55' 45" O.

D17. 4.16. Quais ações estão sendo planejadas e/ou executadas pelo município para o atendimento às metas de universalização do esgotamento sanitário, em conformidade com a Lei Federal nº 11.445/2007, alterada pela Lei Federal nº 14.026/2020?

O município não planeja e/ou executa qualquer ação nesse sentido

As metas de universalização estão a cargo da prestadora do serviço ou da microrregião

Informar as ações:

Informar as ações:



D18. 4.17. Como o município avalia a prestação dos serviços de esgotamento sanitário, em relação à qualidade, continuidade, regularidade, segurança e eficiência?

- Boa
- Regular
- Deficiente

D19. 4.18. Como o município avalia a sustentabilidade econômico-financeira da prestação dos serviços de esgotamento sanitário no município?

- Autossustentável com receitas dos consumidores do município
- Sustentável devido ao complemento de subsídio cruzado de outros municípios
- Sustentável devido à complementação das receitas por recursos do ente municipal
- Outra (informar)

Outra (informar)

D20. 4.19. O município avalia que a taxa da coleta de esgoto sanitário é cobrada a um valor acessível ao consumidor?

- Sim, para todos os municípios
- Não, nem todos podem pagar

D21. 4.20. O município estima que os beneficiários das tarifas sociais ou populares referentes à cobrança do esgotamento sanitário do município são da ordem de:

- Até 10%
- Entre 10% a 24,99%
- Entre 25% a 50%
- Maior que 50%
- Não se aplica



D22. 4.21. O município estima que a inadimplência relativa à cobrança pelo esgotamento sanitário do município é da ordem de:

Até 10%

Entre 10% a 24,99%

Entre 25% a 50%

Maior que 50%

Não se aplica

D23. 4.22. Quem realiza o controle de qualidade do esgoto tratado do município para verificação da destinação ambientalmente adequada?

O próprio prestador do serviço

O município

Não é realizado controle de qualidade do tratamento do esgoto

Outro (informar)

Outro (informar)

D24. 4.23. Em relação à estação de tratamento de esgoto (ETE) que atende ao município, a localização da mesma se encontra:

No próprio município

Em município limítrofe

O município não trata o esgoto sanitário

Outra situação (informar)

Outra situação (informar)



D25. 4.24. Em relação ao local da disposição final do efluente do esgoto sanitário do município, o mesmo:

Não apresenta problema de poluição

Apresenta problema de poluição

Outra situação (informar)

Outra situação (informar)

D26. 4.25. De uma maneira geral, quais são os principais desafios do município para o atendimento ao novo marco legal do saneamento básico, atualizado pela Lei Federal nº 14.026/2020, no que tange à prestação dos serviços de esgotamento sanitário?

Dificuldade de obtenção de recursos pela prefeitura do município

Deficiência ou insuficiência do quadro técnico da prefeitura do município

Dificuldades na parceria com o prestador de serviço de esgotamento sanitário

Dificuldades na obtenção ou ausência de projetos de engenharia satisfatórios

Dificuldade de obtenção de licenças ambientais referentes à Estação de Tratamento de Esgoto – ETE

Dificuldade de obtenção de áreas (desapropriação) para as instalações operacionais

Incapacidade do prestador de serviço de esgotamento sanitário realizar a expansão das redes de esgoto sanitário, em virtude da falta de recursos

Incapacidade do prestador de serviço de esgotamento sanitário realizar a expansão das redes de esgoto sanitário, em virtude de incapacidade operacional

Dificuldades de tratativas com o Governo do Estado do RN ou com a microrregião de água e esgoto

Outros desafios (informar quais)

Outros desafios (informar quais)

Seção E: 5. LIMPEZA URBANA E MANEJO DE RESÍDUOS SÓLIDOS

E1. 5.01. O município possui plano de gestão integrada de resíduos sólidos, conforme previsto no artigo 19 da Lei federal nº 12.305/2010?

Sim

Não



E2. Se sim, informar o link de acesso no campo:

E3. 5.02. Qual o instrumento de aprovação do Plano (Ato legal)?

Não possui plano aprovado

Informar:

Informar:

E4. 5.03. Caso o município não possua ainda o plano de gestão integrada de resíduos sólidos, em que etapa se encontra a elaboração do referido documento?

Elaboração do diagnóstico atual e análise de cenários futuros

Definição das diretrizes e estratégias

Definição de metas, programas e recursos necessários

Implementação das ações

Não se aplica

Não está sendo elaborado (justificar)

Não está sendo elaborado (justificar)

E5. 5.04. Atualmente, como é realizada a coleta de resíduos sólidos na área urbana do município?

Equipe e equipamentos próprios da prefeitura

Empresa terceirizada (equipamento e pessoal)

Empresa terceirizada (somente pessoal)



Outra (informar)

Outra (informar)

E6. 5.05. Em relação às unidades de transbordos?

O município não possui nem utiliza estação de transbordo

O município não possui nem utiliza estação de transbordo, mas já tem projeto para execução de uma unidade

O município utiliza estação de transbordo em outro município

O município possui estação de transbordo em seu território

E7. 5.06. Qual a atual destinação dos resíduos sólidos coletados no município? Informar a localização em coordenadas geográficas.

Lixão (informar localização)

Aterro controlado (informar localização)

Aterro sanitário (informar localização)

Outra (informar)

Outra (informar)

E8. Informe no campo as coordenadas do local:

Exemplo: O destino está localizado sob as coordenadas 15° 46' 48" S e 47° 55' 45" O.



E9. 5.07. Os municípios que ainda não destinam seus resíduos sólidos de forma adequada, nos termos da Lei nº 12.305/2010, já possuem previsão de local para a referida disposição ambientalmente adequada (aterro sanitário ou outra solução)?

Não possui previsão de solução

O município já destina seus resíduos sólidos de forma adequada, nos termos da Lei nº 12.305/2010.

Sim (Informar solução prevista)

Sim (Informar solução prevista)

E10. 5.08. Os municípios que planejam destinar seus resíduos sólidos de forma adequada, já possuem a estimativa dos custos que surgirão com a disposição ambientalmente adequada (aterro sanitário ou outra solução)?

Sim, e os custos poderão ser arcados pela prefeitura sem maiores dificuldades

Sim, mas vislumbra sérias dificuldades financeiras para arcar com os custos

Não, ainda não possui estimativa de custos para realizar a correta disposição

O município já destina seus resíduos sólidos de forma adequada.

E11. 5.09. Qual o percentual de cobertura de coleta e manejo de resíduos sólidos na zona urbana do município?

0% - 19,99%

20% - 39,99%

40% - 59,99%

60% - 79,99%

80% - 100%

E12. 5.10. Qual o percentual de cobertura de coleta e manejo de resíduos sólidos na zona rural do município?

0% - 19,99%

20% - 39,99%

40% - 59,99%

60% - 79,99%

80% - 100%



E13. 5.11. Quais ações estão sendo planejadas e/ou executadas pelo município para a universalização da prestação dos serviços de limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos, em conformidade com a Lei Federal nº 11.445/2007, alterada pela Lei Federal nº 14.026/2020, e com a Lei Federal nº 12.305/2010?

O município não planeja e/ou executa qualquer ação nesse sentido

A universalização está a cargo do consórcio intermunicipal

Informar as ações:

Informar as ações:

E14. 5.12. Qual o percentual de cobertura da coleta seletiva de resíduos sólidos no município?

Não possui coleta seletiva

Possui coleta seletiva em menos da metade da zona urbana

Possui coleta seletiva em metade ou mais da metade da zona urbana

Possui coleta seletiva em toda zona urbana

Possui coleta seletiva em toda zona urbana e rural

E15. 5.13. O município possui programa de educação ambiental implantado nas escolas para a gestão dos resíduos sólidos?

Sim

Não

E16. 5.14. O município possui programas de inclusão de catadores?

Sim

Não

E17. 5.15. No município está implantado o sistema de logística reversa?

Sim

Não



E18. 5.16. Quais produtos estão implantados na logística reversa do município?

Não possui logística reversa implantada

Informar produtos:

Informar produtos:

E19. 5.17. O município possui unidades de triagem dos resíduos sólidos?

Sim

Não

E20. 5.18. O município possui unidades de compostagem dos resíduos orgânicos?

Sim

Não

E21. 5.19. O município possui unidades de reciclagem dos resíduos sólidos?

Não

Sim (informar)

Sim (informar)

E22. 5.20. Selecione os tipos de resíduos que são coletados em seu município:

Resíduos Sólidos Urbanos – RSU

Resíduos da Construção Civil – RCC

Resíduos de Serviços de Saúde – RSS

Pneus

Eletro-eletrônicos

Volumosos

Poda

Resíduos de matadouros



Cadáveres de animais

Outros

Outros

E23. 5.21. Em relação aos RSS (resíduos de serviços de saúde), o município possui empresa contratada com licença ambiental para realizar a coleta?

Não possui empresa contratada, mas está licitando (informar o link da licitação no campo abaixo)

Não possui empresa contratada nem licitação em andamento

Sim (Informar a empresa)

Sim (Informar a empresa)

E24. Favor, informar o link da licitação:

E25. 5.22. O município fiscaliza a destinação ambientalmente adequada dos RSS gerados pelas unidades de saúde privadas?

Sim, o município fiscaliza

Não, a fiscalização das unidades privadas está a cargo da vigilância sanitária estadual

Não, não há fiscalização das unidades privadas

E26. 5.23. Como o município realiza a coleta de resíduos sólidos oriundos da construção civil (RCC)/restos de materiais de construção?

A própria prefeitura coleta e dá o destino final, cobrando pelo serviço

A própria prefeitura coleta e dá o destino final, mas não cobra pelo serviço

Cada gerador de RCC coleta e dá o destino final

Existem prestadores de serviços no município para esse serviço



E27. 5.24. Em relação à destinação dos resíduos sólidos da construção civil (RCC), selecione a opção que representa o município:

- No município há local licenciado para destinação do RCC (informar coordenadas do local)
- No município há local para destinação do RCC, mas não houve o licenciamento (informar coordenadas do local)
- O RCC é destinado para local licenciado em outro município (informar coordenadas do local)
- O RCC é destinado para local não licenciado em outro município (informar coordenadas do local)

E28. Informe no campo as coordenadas do local:

Exemplo: O destino está localizado sob as coordenadas 15° 46' 48" S e 47° 55' 45" O.

E29. 5.25. Caso ocorra destinação de RCC para locais não licenciados, o município realiza ações para regularizar a situação?

- Não
- O município destina o RCC para local licenciado
- Sim (informar ações)

Sim (informar ações)

E30. 5.26. O município faz parte de algum consórcio de resíduos sólidos?

- Não
- Sim (informar)

Sim (informar)

E31. 5.27. Em relação à prestação dos serviços de manejo dos resíduos sólidos?

- O município realiza a fiscalização da execução e da qualidade, bem como o controle de desempenho
- O município realiza apenas a fiscalização da execução e qualidade
- O município realiza apenas a fiscalização da execução dos serviços
- O município não possui equipe para a fiscalização e o controle de desempenho



E32. 5.28. Em relação à taxa de coleta de lixo?

- O município ainda não instituiu o tributo
- O município instituiu o tributo, mas ainda não cobra do contribuinte
- O município cobra a taxa do contribuinte, mas as receitas são insuficientes
- O município cobra a taxa do contribuinte e as receitas são suficientes para a gestão dos resíduos

E33. 5.29. De uma maneira geral, quais são os principais desafios do município para a universalização dos serviços de coleta de resíduos sólidos/lixo, em conformidade com a Lei Federal nº 11.445/2007, alterada pela Lei Federal nº 14.026/2020, e com a Lei Federal nº 12.305/2010?

- Dificuldade de obtenção de recursos pela prefeitura do município
- Deficiência ou insuficiência do quadro técnico da prefeitura do município
- Dificuldades na parceria com o prestador de serviço de limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos
- Dificuldade de acesso e operação de máquinas e equipamentos do prestador de serviço de limpeza urbana (coleta de resíduos sólidos/lixo) e manejo de resíduos sólidos, tais como em algumas ruas estreitas da zona urbana
- Dificuldades de operação do serviço de limpeza urbana (coleta de resíduos sólidos/lixo) e manejo de resíduos sólidos na zona rural
- Incapacidade do prestador de serviço de limpeza urbana (coleta de resíduos sólidos/lixo) e manejo de resíduos sólidos, em virtude de insuficiência de máquinas, equipamentos ou funcionários
- Outros desafios (informar quais)

Outros desafios (informar quais)

E34. 5.30. Caso o Município ainda possua algum tipo de lixão, quais são os principais desafios para o encerramento deste(s), em conformidade com a Lei Federal nº 11.445/2007, alterada pela Lei Federal nº 14.026/2020, e com a Lei Federal nº 12.305/2010?

- Dificuldade de obtenção de recursos pela prefeitura do município
- Deficiência ou insuficiência do quadro técnico da prefeitura do município
- Dificuldades na parceria com o prestador de serviço de limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos
- Dificuldades na obtenção ou ausência de projetos de engenharia satisfatórios
- Dificuldades para a regularização da documentação ambiental ou obtenção de licença ambiental referente à área de destino ambientalmente adequada dos resíduos sólidos
- Dificuldade de obtenção de áreas (desapropriação) para a destinação ambientalmente adequada dos resíduos sólidos
- O município não destina mais resíduos sólidos para lixões



Outros desafios (informar quais)

Outros desafios (informar quais)

Seção F: 6. DRENAGEM E MANEJO DE ÁGUAS PLUVIAIS

F1. 6.01. O município possui plano diretor de drenagem?

Não

Sim (informar o link de acesso)

Sim (informar o link de acesso)

F2. 6.02. Qual o percentual de cobertura de drenagem e manejo de águas pluviais na zona urbana do município?

0% - 19,99%

20% - 39,99%

40% - 59,99%

60% - 79,99%

80% - 100%

F3. 6.03. Quais ações estão sendo planejadas e/ou executadas pelo município para a universalização da prestação dos serviços de drenagem e manejo de águas pluviais urbanas, em conformidade com a Lei Federal nº 11.445/2007, alterada pela Lei Federal nº 14.026/2020?

O município não planeja e/ou executa qualquer ação nesse sentido

Informar:

Informar:



F4. 6.04. O município possui, nas áreas urbanas, serviços de drenagem e manejo de águas pluviais adequados à saúde pública, à proteção do meio ambiente e à segurança da vida e do patrimônio público e privado?

Sim

Não

F5. 6.05. O município realiza, nas áreas urbanas, tratamento de águas pluviais adequado à saúde pública, à proteção do meio ambiente e à segurança da vida e do patrimônio público e privado?

Sim

Não

F6. 6.06. O município realiza, nas áreas urbanas, serviços de limpeza e fiscalização preventiva das redes de águas pluviais adequados à saúde pública, à proteção do meio ambiente e à segurança da vida e do patrimônio público e privado?

Sim

Não

F7. 6.07. O município faz levantamento para identificar todos os pontos de alagamentos urbanos?

Sim, o município faz os levantamentos

Não, o município não faz os levantamentos

Não há áreas de alagamentos no município

F8. 6.08. Em relação às áreas de alagamento, o município possui cadastro das famílias que estão nas áreas de risco?

Sim, o município possui

Não, o município não possui

Não há áreas de alagamentos no município

F9. 6.09. O município possui projetos para a realização de obras para a solução dos problemas de drenagem urbana?

Sim

Não

O município não possui problemas de drenagem urbana



F10. 6.10. O município coloca grelhas ou barreiras nos elementos de drenagem a fim de evitar que os resíduos sólidos sejam carreados pela água, obstruindo os tubos e contaminando os mananciais hídricos?

Sim, em todos os elementos de drenagem

Sim, mas somente em alguns elementos de drenagem

Não, o município não realiza qualquer ação nesse sentido

F11. 6.11. Como o município avalia a qualidade da água que chega aos mananciais hídricos através das galerias de drenagem do município?

A água entregue pelas galerias de drenagem não possui poluentes

A água entregue pelas galerias de drenagem carrega alguns poluentes

A água entregue pelas galerias carrega diversos poluentes, incluso esgotos sanitários

O município não possui drenagem urbana

F12. 6.12. De uma maneira geral, quais são os principais desafios do município para a universalização da prestação dos serviços de drenagem e manejo de águas pluviais urbanas, em conformidade com a Lei Federal nº 11.445/2007, alterada pela Lei Federal nº 14.026/2020?

Dificuldade de obtenção de recursos pela prefeitura do município

Deficiência ou insuficiência do quadro técnico da prefeitura do município

Dificuldades de áreas adequadas para as lagoas de drenagem, utilizadas para a destinação das águas pluviais

Dificuldades na obtenção ou ausência de projetos de engenharia satisfatórios

Dificuldades em virtude do município não possuir plano diretor de drenagem

Dificuldades em evitar que a população ocupe áreas destinadas as lagoas de drenagem

Outros desafios (informar quais)

Outros desafios (informar quais)

Obrigado pela avaliação! Suas respostas podem ser salvas clicando no link abaixo.